

<b>Semanário</b>  01-08-2008	Periodicidade:	<b>Semanal</b>	Temática:	<b>Diversos</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>1634 cm²</b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/PB</b>
	Tiragem:	<b>60000</b>	Página (s):	<b>1/10/11</b>



FILIPE GUERRA

**ENTREVISTA COM O COORDENADOR DA CGTP, CARVALHO DA SILVA:**

**"A governação neoliberalista de José Sócrates conduz a sociedade para becos muito perigosos"**

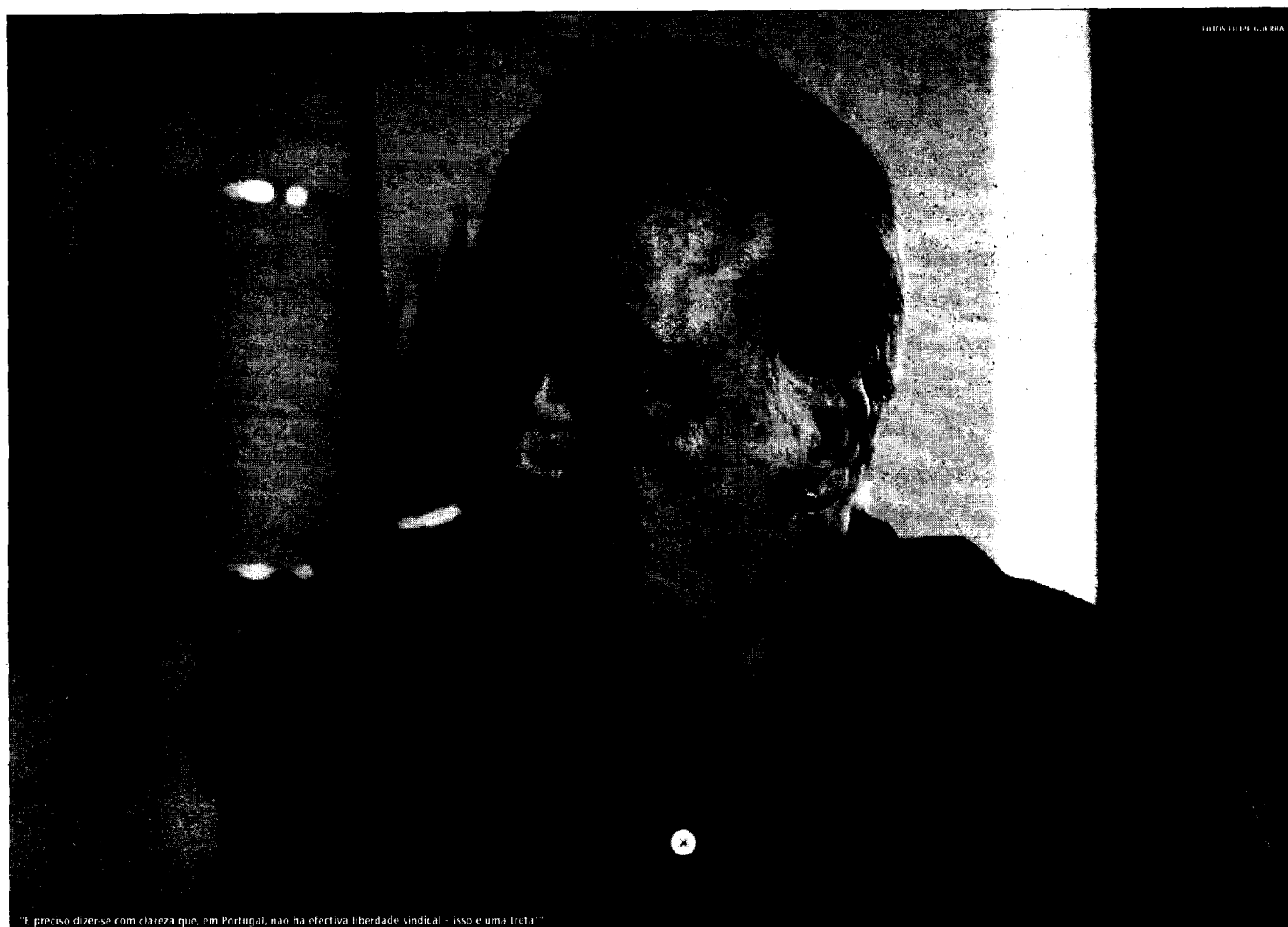
**PÁG. 10**



<b>Semanário</b>  01-08-2008	Periodicidade:	<b>Semanal</b>	Temática:	<b>Diversos</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>1634 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/PB</b>
	Tiragem:	<b>60000</b>	Página (s):	<b>1/10/11</b>

MANUEL CARVALHO DA SILVA, SECRETÁRIO-GERAL DA CGTP

# “Portugal não está preparado para enfrentar a crise”



*Carvalho da Silva alerta que a governação de José Sócrates, de execução do neo-liberalismo, “conduz a sociedade para becos muito perigosos”. O líder da maior central sindical do País avança, ainda, que Portugal não está preparado para enfrentar a crise”.*

DUARTE ALBUQUERQUE CARREIRA

<b>Semanário</b>	Periodicidade:	<b>Semanal</b>	Temática:	<b>Diversos</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>1634 cm²</b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/PB</b>
	Tiragem:	<b>60000</b>	Página (s):	<b>1/10/11</b>

01-08-2008

**O que é que a revisão da legislação laboral tem de tão gravoso que impediu a adesão da CGTP ao acordo firmado em concertação social?**

Esta revisão, do ponto de vista de conteúdos, concretiza, em dois campos fundamentais, alterações que têm impactos gravosos para os trabalhadores: na contratação colectiva e na organização, gestão e controlo do tempo de trabalho. Esta revisão é, ainda, insuficiente no campo do combate à precariedade no trabalho. Estes são os três campos fundamentais.

**O que é que a CGTP critica na contratação colectiva?**

Esta proposta do Governo consubstancia a concretização de um velho objectivo de sectores patronais mais conservadores, que é estoirar com o edifício de contratação colectiva que se estruturou no País ao longo de quarenta anos.

**Fala da caducidade dos acordos de contratação colectiva?**

Esta revisão propõe um conjunto de mecanismos que leva a que os contratos existentes terminem. Uma afirmação da valorização de nova contratação. É o campo para o desenvolvimento dessa contratação alterou-se radicalmente, por factores de contexto - em que as relações entre o capital e o trabalho são significativamente desequilibradas em desfavor dos trabalhadores - e por alteração do princípio do tratamento mais favorável - em que a contratação colectiva não podia inscrever compromissos entre patrões e trabalhadores inferiores aquilo que estava estipulado nas leis gerais. Portanto, a partir de agora, não é apenas o contexto do emprego (taxas elevadas de desemprego, precariedade, processos de deslocalização) que pesa nas relações laborais, é também o facto dos patrões poderem, em diversas matérias, negociar para poderem baixo. Os trabalhadores vão ser colocados em estado de necessidade.

**Mas esses acordos vão ser estabelecidos por negociação colectiva.**

Pois, mas a negociação colectiva é feita pelos dirigentes dos sindicatos e se não há representação de base ela não tem eficácia. Ou seja, eu posso ser o melhor negociador do mundo, mas não há nenhum

representante dos interesses do capital que não veja se aquilo que estou a dizer tem uma base de sustentação - o apoio dos trabalhadores. Hoje existe menos organização sindical porque a liberdade sindical está, permanentemente, a ser posta em causa nos locais de trabalho. Hoje há menos direitos sindicais efectivados e uma maior fragilidade dos sindicatos.

**Nesse aspecto não existe culpa das centrais sindicais?**

A culpa é do contexto em que vivemos. Os trabalhadores, quando metem a cabeça a defender os seus direitos, o que lhes acontece, em muitos casos, é irem para a rua. É preciso dizer-se com clareza que, em Portugal, não há efectiva liberdade sindical - isso é uma treta. Claro que os sindicatos têm as suas deficiências e limitações, mas o problema de fundo é que não há efectiva liberdade sindical.

**E a questão do tempo de trabalho?**

As alterações ao Código de Trabalho propõem que as horas extras deixem de ser pagas como tal. Isto é, que o trabalho que é extraordinário - por ser para além do período normal - não seja pago como extraordinário. Há aqui um objectivo claro: tornar os custos do trabalho mais barato, pagando menos aos trabalhadores. Por que razão as horas trabalhadas para além do período normal se chamam extraordinárias e são pagas com um acrescento? Historicamente, o trabalhador quando faz um contrato de trabalho dá a sua disponibilidade temporal, capacidade física e intelectual para a prestação do trabalho. Com isto, dentro do horário estipulado, o trabalhador obriga-se a fazer um conjunto de tarefas. O tempo, para além deste horário, não é tempo do trabalhador na sua condição de trabalhador, é tempo do trabalhador na sua condição de cidadão.

**As empresas não têm necessidade de se adaptar aos ciclos da economia e dos negócios?**

Só um ingénuo é que não sabe que o problema das adaptações sempre existiu. No início da industrialização, no século XIX, também se dizia a mesma coisa: não era possível estabelecer-se um horário de tra-

balho porque as empresas tinham-se de adaptar de acordo com as necessidades. Nessa altura evocavam-se as condições climatéricas, de fornecimento de energia... Problemas que não são os actuais. E os trabalhadores conquistaram o direito a um horário de trabalho. Não nos podemos esquecer que o bem primeiro que qualquer ser humano tem é o tempo.

**Que temos de fruir...**

Se a condição de trabalhador passa a colocar o tempo do cidadão dependente das fundamentações e das posições do patrão estamos perante um retrocesso histórico. O que está a ser proposto leva à redução da retribuição do trabalho e coloca o tempo do trabalhador, enquanto cidadão, menos liberto.

**As lutas dos trabalhadores estão prisioneiras da luta política geral?**

Há sempre uma relação profunda entre as lutas no plano sócio-laboral e a luta política. A precariedade no trabalho, por exemplo, é um problema laboral de grande significado. Os sindicatos têm de reforçar a sua capacidade de intervenção e as formas de agir em relação ao combate à precariedade no trabalho. Mas, sendo um problema social e laboral, tornou-se numa questão política. É claro que os problemas do âmbito sindical têm, em muitos casos, uma relação profunda com a agenda política.

**Como responde aqueles que acusam a CGTP de ser uma correia de transmissão do PCP?**

Esse é um velho slogan... Dá jeito ao Governo e a alguns patrões escamotearem a discussão. Choca-me ver o primeiro-ministro, em torno do Código do Trabalho, não falar objectivamente de nenhuma das matérias significativas que estão em cima da mesa. Só fala de fait-divers.

**José Sócrates tem falado muito do combate à precariedade.**

Na generalidade, as propostas pontuais que foram feitas no que respeita à precariedade nem nos merecem, se quer, tempo de discussão - porque são positivas ou porque não vão ter efeito. Mas o combate à precariedade passa pela resolução

<b>Semanário</b>  01-08-2008	Periodicidade:	<b>Semanal</b>	Temática:	<b>Diversos</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>1634 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/PB</b>
	Tiragem:	<b>60000</b>	Página (s):	<b>1/10/11</b>

dos problemas estratégicos que estão na origem da precariedade e não por aspectos complementares.

O primeiro-ministro garante que este código dinamiza a contratação.

Ele não diz que primeiro matam a contratação existente e que depois os trabalhadores vão ter de fazer contratos em condições totalmente novas e em situação de muito mais fragilidade. A governação neo-liberal fala de factores laterais e o que aprova, depois, não tem nada que ver com aquilo que andaram a difundir. Este é um drama da sociedade portuguesa: fuga à abordagem do concreto.

**Portugal está preparado para enfrentar a crise internacional que se sente na economia?**

Infelizmente, Portugal não está preparado para enfrentar a crise. Há um fazer de conta que o que se está a passar não tem que ver connosco e que nós, com umas artes de chico-esperto - porque é esta a prática que impera no estilo de governação que vamos tendo -, arranjamos uma solução. Portugal tem seguido uma submissão a políticas de fundamentalismo monetário e financeiro. É o tempo em que vivemos: o predomínio do financeiro sobre todas as outras componentes estruturais da economia. Portugal, seguindo esta linha, com as suas fragilidades significativas, vem acentuando os seus problemas e a sua divergência da UE. Um dos campos onde o desastre tem sido mais significativo é na destruição do aparelho produtivo.

***“Com esta revisão do Código do Trabalho, os trabalhadores vão ser colocados em estado de necessidade”***

**Quais os grandes desafios da CGTP para depois das férias?**

Os grandes desafios são acompanhar e intervir no processo de fecho da revisão da legislação laboral, com o maior empenho possível, e procurar tornar claro à sociedade portuguesa aquilo que está em jogo. Com esta revisão do Código do Trabalho vamos entrar num novo ciclo das relações do trabalho em Portugal e a CGTP tem a obrigação de tornar claro o que está em causa no País e ajudar os trabalhadores a perceberem a importância de se organizarem. Neste momento, o apelo fundamental aos trabalhadores do sector público e privado é organizem-se colectivamente. Se não se organizarem colectivamente podem vir a ter enormes prejuízos. Já não digo sindicalizem-se, digo organizem-se.

**Com as devidas adaptações, acha que estamos perante o caldeirão social do século XIX?**

Não. Mas um caldeirão social muito complexo e mais global. Temos de ir à origem, não para tomar a receita da origem, mas para vermos os avanços que conseguimos e projectar o futuro. Costumo citar uma ideia do Bento de Jesus Caraça: “é muito importante o individual, mas se o colectivo não se afirmar sobre o individual não há humanização da sociedade”. Nós hoje vivemos debaixo de uma convergência de pressões extremamente perigosas onde se cruzam, essencialmente, três aspectos: o individualismo institucionalizado; um consumismo alienan-

te; e o valor do dinheiro que se sobrepõe ao valor produtivo.

**O ministro Vieira da Silva salientou que o modelo de capitalismo que fez os assalariados criar os sindicatos já não existe. Perante as dinâmicas sociais contemporâneas que papel podem desempenhar os sindicatos?**

Essa é a verdade de La Palisse: nós já não estamos no início da era industrial. Os sindicatos emergiram na sociedade como movimentos sociais, de solidariedade, mutualistas, de garantia de equilíbrio entre trabalhadores e patrões... É evidente que nós não estamos no século XIX, mas os anseios dos seres humanos trabalhadores continuam a estar centrados nas mesmas bases. É preciso ver como é que se estabelece um horário de trabalho e quem o controla. É preciso ver se o trabalho é justamente remunerado ou não.

**Veria com bons olhos uma coligação pós-eleitoral de esquerda?**

Um dos desafios fundamentais que todas as forças de esquerda devem trilhar é a procura de caminhos alternativos. É preciso mudança. A governação de execução do neoliberalismo conduz a sociedade para becos muito perigosos. É importante que surja, depois da procura pelas forças de esquerda caminhos alternativos, disponibilidade e capacidade para uma proposta que se consubstancie na execução dessas políticas. Os caminhos de futuro, numa perspectiva de esquerda, passam por um olhar muito mais profundo pela valorização do trabalho. |

<b>Semanário</b>  01-08-2008	Periodicidade:	<b>Semanal</b>	Temática:	<b>Diversos</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>1634 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/PB</b>
	Tiragem:	<b>60000</b>	Página (s):	<b>1/10/11</b>

